

Repositório ISCTE-IUL

Deposited in *Repositório ISCTE-IUL*:

2019-01-18

Deposited version:

Publisher Version

Peer-review status of attached file:

Peer-reviewed

Citation for published item:

Nunes, L., Portal, C. & Paio, A. (2018). Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia. In 7ª Conferência Anual da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, PNUM 2018.

Further information on publisher's website:

--

Publisher's copyright statement:

This is the peer reviewed version of the following article: Nunes, L., Portal, C. & Paio, A. (2018). Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia. In 7ª Conferência Anual da Rede Portuguesa de Morfologia Urbana, PNUM 2018.. This article may be used for non-commercial purposes in accordance with the Publisher's Terms and Conditions for self-archiving.

Use policy

Creative Commons CC BY 4.0

The full-text may be used and/or reproduced, and given to third parties in any format or medium, without prior permission or charge, for personal research or study, educational, or not-for-profit purposes provided that:

- a full bibliographic reference is made to the original source
- a link is made to the metadata record in the Repository
- the full-text is not changed in any way

The full-text must not be sold in any format or medium without the formal permission of the copyright holders.

Territórios colaborativos: cocriação da cidade e a mudança de paradigma na academia.

Ligia Nunes ^{1*}, Carla Portal ^{2**}, Alexandra Paio ^{3***}

1 lpsilva@arq.up.pt, 2 carlaportalupf@gmail.com, 3 alexandra.paio@iscte-iul.pt

CEAU-FAUP/ASFP; **UPF; *ISCTE-IUL, ISTAR-IUL, DINAMIA'CET, VITRUVIUSFABLAB*

A renovação urbana equitativa exige, hoje, outro contrato social entre a sociedade civil, o governo local e os arquitetos para superar o fosso existente entre o desenho urbano e as aspirações dos habitantes, envolvendo compreender de outra maneira o fazer a cidade, o compartilhar espaço, o criar economias locais, as quais são expressas na paisagem urbana que essas atividades produzem. Este desafio emergente molda uma alternativa baseada na cocriação. Se observarmos a história das cidades, podemos ver, evidentemente, que as estruturas e o planeamento urbano influenciam o comportamento humano e a forma como as cidades funcionam. O conceito de co-desenho introduz uma abordagem colaborativa - trabalhando em conjunto de forma a aumentar a contribuição de cada participante para o projeto - no processo. A vantagem mais óbvia da colaboração é que fornece uma forma proficiente de agregar conhecimento especializado para responder a problemas cada vez mais complexos e exigentes na cidade. Mas qual é o papel da academia neste desafio?

O presente artigo descreve alguns contributos de um curso que introduz os participantes a métodos interdisciplinares para projetar cidade com as comunidades locais, antecipando a mudança de paradigma sobre como os arquitetos abordarão o espaço público no mundo atravessado por profundas mudanças nas áreas económicas, sociais, culturais e tecnológicas. O papel dos arquitetos é cada vez mais variado: parte criador, parte construtor, parte investigador, parte facilitador, e parte gestor do processo.

O currículo do curso oferece aos participantes a oportunidade de contribuir ativamente para moldar, de forma mais inclusiva e inovadora, os desafios lançados pelo espaço público através da redução do fosso entre cidadãos, municípios, especialistas (arquitetos, planeadores, sociólogos, engenheiros e gestores) e tecnologias. O objetivo principal tem sido explorar o diálogo social para atender às novas exigências sociais do projeto inclusivo e construção do espaço público urbano em bairros de habitação social com base na introdução de tecnologias digitais avançadas de mapeamento, desenho e construção.

Para que os participantes adquiram novas competências de forma eficiente, o programa do curso foi projetado para promover um conhecimento aplicado através da criação de soluções urbanas, arquitectónicas e sociais de proximidade, com base em lógicas que envolvam os habitantes no processo de mapeamento, diagnóstico, decisão, design, construção e empreendedorismo.

Introdução

A forma como as cidades se desenvolveram ao longo da história, mudou significativamente nos últimos tempos, o planeamento e o desenho da cidade exigem outras formas de fazer mais

inclusivas e sensíveis ao meio físico e social (Awan, Schneider, Till, 2011). No movimento moderno, o carro, o mercado e separação dos usos e condicionaram a vida nas cidades, não tendo em conta como as estruturas físicas influenciavam o comportamento humano (Jacobs, 1961), e como estas nos condicionam, mediante a forma como as criamos (Gehl, 2010). Reconhecer a importância de pensar o espaço da cidade, como um espaço de vida, implica pensar numa cidade orientada para as pessoas e co-criada por elas (Lefebvre, 1968 Beebejaun, 2016). Segundo Rosa e Weiland (2017,4) “na metrópole moderna, políticas urbanas bem sucedidas se baseiam amplamente em alianças temporárias”. O co-design, fazer cidade coletivamente, permite a troca e transferência de conhecimento para o processo criativo, de tal forma, que a colaboração emerge como forma de aumentar a contribuição de cada participante para o projeto (Hamdi, 2010). Ermacora e Bullivant (2016) realçam o papel fundamental de abrir os processos de projeto à participação dos habitantes. A participação é defendida como transparência no processo de projeto e instrumento de inteligência informal (Monu #23, 2015). A vantagem mais óbvia da colaboração é que fornece uma maneira proficiente de agregar conhecimento especializado para responder a problemas cada vez mais exigentes, numa realidade onde confluem factores de grande complexidade de forma interrelacionada. A grande responsabilidade em pensar a cidade está em criar lugares que permitam oportunidades extraordinárias, locais social e economicamente adequados ao florescimento da diversidade, catalisadores de vida, de espaço e por fim de edifícios, que tem a sua origem na solução, primeiro de problemas de pequena escala, que tem como ponto de partida a dimensão humana (Concilio, Rizzo, 2016).

Neste cenário, ganha particular significado o espaço público pela estreita relação que estabelece com a sociedade civil, assim como se reveste da maior importância o conhecimento das ferramentas que permitam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos (Rosa, 2011). O conceito de *placemaking* (Hamdi, 2010) surge como forma de delinear transformações urbanas a partir da articulação comunitária, exemplificada com práticas do *Project for Public Spaces* herdeiro de Jan Gehl, Jane Jacobs e William White. O desenho do espaço público surge da observação e compressão das dinâmicas cotidianas, da vitalidade dos espaços entre edifícios e da participação da comunidade na construção dessa vitalidade (Farias, 2018).

Territórios colaborativos: mudança de paradigma na academia

Antecipando mudanças de paradigmas sobre o modo como se equacionar a prática profissional da arquitetura no mundo atravessado por transformações profundas de natureza económica, social, cultural e tecnológica, surge em 2015 o curso de especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo. A oferta formativa singular assume particular relevância no âmbito da Arquitetura e do Urbanismo em Portugal, tanto por promover uma forma diferente de pensar a cidade, ao focar-se nas problemáticas emergentes da condição arquitetónica e urbana contemporânea, como pelo facto do estabelecer uma parceria entre o meio académico (ISCTE-IUL), os técnicos e a sociedade civil (Arquitetos Sem Fronteiras Portugal) e a esfera política e de ação pública (Câmara Municipal de Lisboa), promovendo uma aproximação entre vários atores fundamentais na criação de cidade.

O curso surge como resposta a um desafio lançado pelos agentes de desenvolvimento comunitário local urbano/arquitectónico na implantação de novas respostas e práticas. O envolvimento dos

habitantes na definição do espaço público, e consequente melhoria das suas condições de vida, leva a um desenvolvimento de inteligência coletiva crítica e, naturalmente, as instituições adaptarem-se, criando mecanismos pró-ativos de participação, desenho, avaliação e codecisão.

Neste contexto, a arquitetura e o arquiteto, em particular, tem um papel ativo enquanto mediador, ator, desenhador social e urbano. A colaboração com equipas multidisciplinares (sociólogos, animadores locais, assistentes sociais, psicólogos, agentes do poder municipal, juristas, consultores económicos, etc.) e com os cidadãos na procura de soluções de projeto é cada vez mais uma realidade.

O curso tem usado como cenário real de intervenção, as zonas e bairros prioritários definidas pela Câmara Municipal de Lisboa (CML), após a análise das diversas realidades dentro da cidade e do reconhecimento da necessidade de requalificação urbana de pontos sensíveis. A transformação da cidade tem como base os seus habitantes e as suas comunidades locais, tornando evidente as fortes influências do processo do Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL) (1974-1976) (Sebastião, 2018). A visão municipal estrutura-se sobre uma Carta de Bairros e Zonas de intervenção prioritária (BIPZIP) de Lisboa, setenta e sete zonas, definida em 2008 e atualizada em 2017 [fig. 1]. O programa anual BIP/ZIP é um veículo de desenvolvimento local através de uma perceção operativa sobre as micro práticas urbanas de coesão social e territorial e o envolvimento/evolução das diferentes parcerias locais.

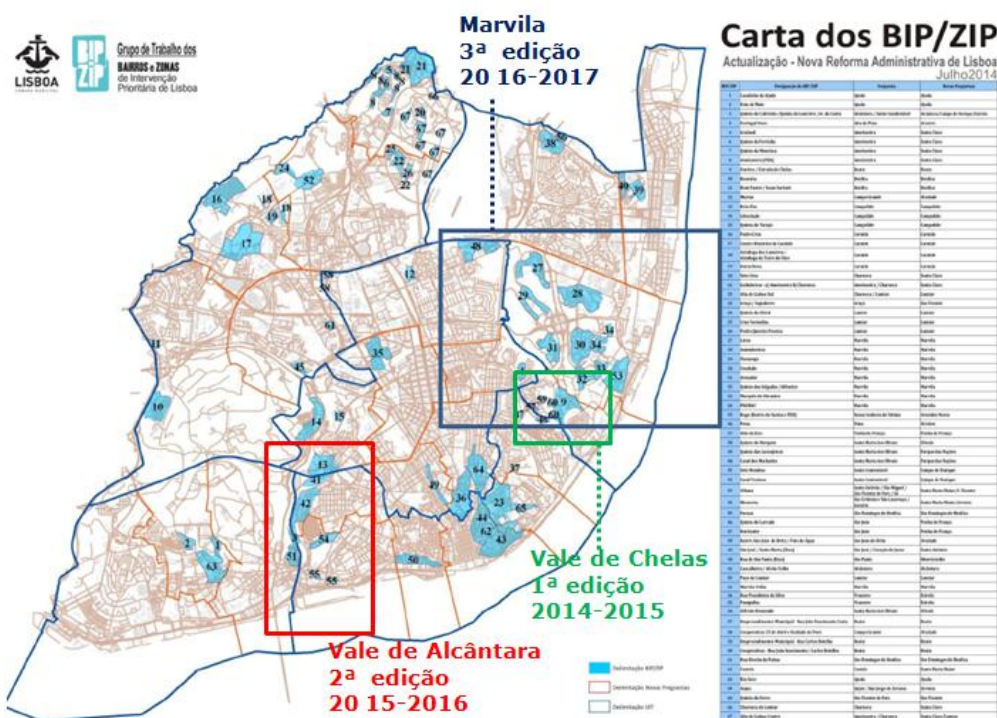


Fig. 1 - Carta dos Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária (BIPZIP) de Lisboa. Fonte: C.M.L.e autores

As três edições do curso os participantes, de várias áreas disciplinares e nacionalidades, tiveram oportunidade de analisar, diagnosticar e abordar possibilidades de intervenção em três zonas da cidade de Lisboa, a primeira edição abordou o Vale de Chelas, a segunda o Vale de Alcântara e a terceira área de Marvila [fig. 1].

O curriculum do curso foi concebido com o objectivo de promover competências através da criação de soluções urbanas, arquitectónicas e sociais de proximidade, baseadas em lógicas envolvendo o utilizador local no processo de mapeamento, diagnóstico, decisão, desenho, construção e empreendedorismo, considerando que cada estrato de solução isolado não permite uma solução qualificada e durável. Desta forma foram desenvolvidos seis módulos que pretendem sistematizar e cruzar conhecimentos considerados fundamentais para a compreensão da realidade dos lugares e para uma intervenção sustentada em pilares que garantam a continuidade e a flexibilidade das propostas apresentadas [fig. 2].

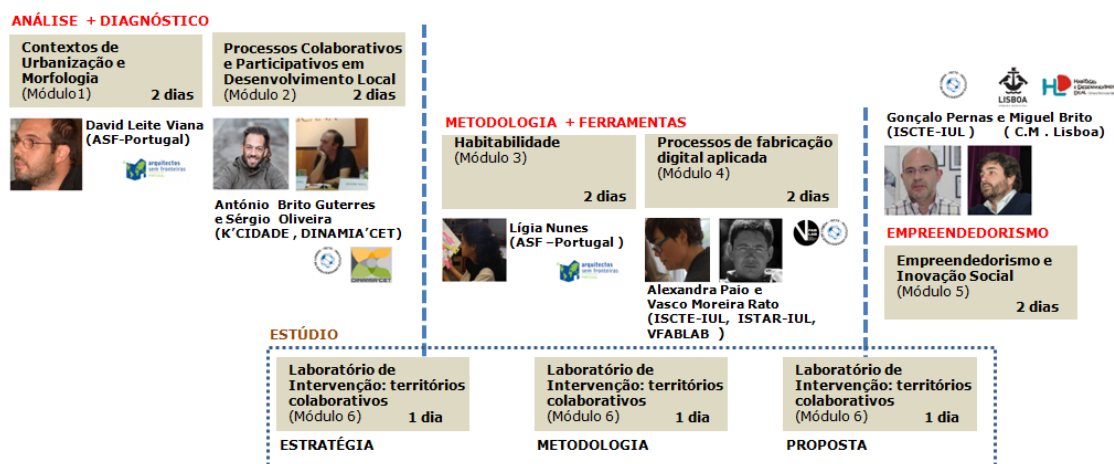


Fig. 2 - Curriculum do curso de especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo. Fonte: elaborada pelos autores

Baseado não apenas no território físico e em soluções de desenho de espaços ou objetos, com particular incidência no tecido humano e na compreensão dos aspectos socioeconómicos, que suportam as propostas que pretendem contribuir para a qualidade dos espaços a serem vividos, o curso propõe em primeiro lugar uma visão sobre os contextos de urbanização e morfologia (módulo 1), no qual se desenvolve o conhecimento sistemático dos processos de urbanização e territórios urbanizados através de estudos de casos, se aprofundam métodos de análise urbana, se abordam morfológicas combinatórias, e se ensaiam metodologias e lógicas de desenho urbano participativo, com base no território sinalizado e selecionado para analisar e intervir.

Durante o módulo 1, inicia-se em simultâneo um módulo de Estúdio/Laboratório de Intervenção, que se destina a cruzar todos os conhecimentos adquiridos e a experimenta-los diretamente num território real. Este módulo, mais à frente designado de módulo 6 funciona em contínuo ao longo do curso, sobrepondo e experimentando as matérias aprendidas de forma direta, numa adição constante até à consolidação de uma proposta para o território determinado.

Após a aproximação ao território inicia-se a abordagem a processos colaborativos e participativos no desenvolvimento local. O módulo 2 – Processos Colaborativos e Participativos em Desenvolvimento Local promove o conhecimento de metodologias participativas e fornece aos participantes ferramentas aplicáveis em diferentes contextos, permitindo a integração no processo de decisão e construção de soluções locais diferentes atores (organizações públicas, ONG's, moradores, etc.). Este módulo pretende ainda desenvolver competências na criação de espaços dinâmicos de interação entre diferentes atores, que fomentem o desenho de soluções mais eficazes na regeneração de territórios, com particular enfoque em soluções de espaço público, assim como

aplicação de metodologias de diagnóstico e construção colaborativa, em contexto urbano, elaborando propostas de intervenção no espaço público.

Os conhecimentos são combinados nas sessões de Laboratório de Intervenção no sentido de consolidar a análise e o diagnóstico do contexto a intervir, para de seguida integrar conhecimentos nos âmbitos das metodologias e das ferramentas de intervenção onde se enquadram os módulos 3 e 4. O módulo 3 – Habitabilidade, tem como objetivo integrar aspetos multidisciplinares da abordagem às questões habitacionais em contextos urbanos específicos, através de estudos e apresentação de estudos de caso, assim como aprofundar os conhecimentos teóricos de técnicas de intervenção. O módulo 4 – Processos de Fabricação Digital Aplicada, promover uma visão integrada teórica e prática sobre os processos de fabricação digital e sobre a adequabilidade dos materiais para prototipagem de soluções de arquitetura resultantes de processos colaborativos, tem como objectivo obter capacidade crítica, essencial para a tomada de decisão na aplicação das mais relevantes tecnologias de fabricação digital para a construção e arquitetura, nomeadamente a aplicação de processos aditivos, subtrativos e a aquisição de competências relacionadas com materiais nas áreas da ciência, engenharia, arquitetura e sustentabilidade.

Estes dois módulos de métodos e ferramentas pretendem incrementar a capacidade de intervenção, e desenvolver instrumentos adequados para o efeito.

O último módulo do curso (módulo 5) tem como objectivo oferecer um conjunto de competências no campo do Empreendedorismo e Inovação Social. Aborda para além dos aspectos de impacto criativo e social, outras áreas relevantes deste tipo de iniciativas a partir de uma perspectiva empresarial sustentável. O módulo é baseado em análise de casos e elaboração de um projeto social, ambiental ou cultural, que apoie a proposta a desenvolver e permita que esta se possa tornar sustentável.

O Laboratório de Intervenção: Territórios Colaborativos (módulo 6), conforme adiantado, promove o aprofundamento de competências no domínio do conhecimento aplicado, através da criação de soluções urbanísticas, arquitectónicas e sociais de proximidade, baseadas em lógicas que envolvam o usuário local nos processos de mapeamento, diagnóstico, projeto, construção, e empreendedorismo. Pretende-se dotar os participantes de competências críticas e de síntese sobre um conjunto de instrumentos e metodologias de natureza multidisciplinar, através do desenvolvimento de exercícios práticos num cenário real, neste caso em específico no contexto da cidade Lisboa.

Co-desenhando Marvila

Neste artigo destaca-se a 3ª edição do curso devido à participação de um grupo de estudantes da Universidade de Passo Fundo que procuravam mais instrumentos projetuais para abordar os problemas das cidades contemporâneas. A partilha de experiências académicas é um dos pontos fundamentais das atividades desenvolvidas em Marvila. Alguns dos elementos do grupo, no contexto do programa VivA!, já tinham atuado, durante cinco anos, na elaboração de projetos em espaços públicos centrais, abertos e interiores, incluindo móveis, dentro da própria universidade e para eventos de carácter nacional e local¹.

¹ Para detalhes sobre alguns dos projetos desenvolvidos é possível acessar <https://www.ufrgs.br/prorext/wp-content/uploads/2016/07/EXT_RevExt_N12_Web.pdf>

A necessidade de ultrapassar o âmbito confortável do conhecido e aprofundar relações com as comunidades periféricas², procurando envolver-se com as dinâmicas sociais levou à busca de maior instrumentalização que permita compreender a possibilidade de articular saberes através da criação conjunta de espaços públicos e alternativas às comunidades, ressaltando o reconhecimento dos anseios aí colocados, e destacando um novo papel profissional, o de mediador e intérprete. Deste modo o Viva! inicia, em janeiro de 2017, uma aproximação com o Arquitectos Sem Fronteiras-Portugal (ASFP-PT), com objetivo de trocar experiências quanto às ações comunitárias. Neste enquadramento, surgiu a possibilidade de um grupo de alunos e docentes frequentarem o curso de territórios colaborativos, uma vez que este apresentava aspetos inovadores justo por abranger a sistematização de toda uma nova e necessária área de atuação para o profissional de arquitetura e urbanismo.

Organizado numa modalidade especial, intensiva de quinze dias, entre os meses de janeiro e fevereiro 2018, para atender as necessidades de um grupo de estudantes da Universidade de Passo Fundo representou uma imersão nos conteúdos e no cenário real proposto, a freguesia de Marvila, em Lisboa, Portugal [fig. 3].



Fig. 3 – 3ª edição do curso de especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo. Fonte: elaborada pelos autores e participantes.

A primeira etapa do curso permitiu uma nova abordagem à percepção dos espaços públicos da freguesia de Marvila. A experiência do mapeamento colaborativo através da utilização de bases acessíveis e livres, propôs a conjugação de esforços para a compreensão e leitura da realidade do

² As periferias constituem-se como espaços sociais de segregação social no Brasil e no mundo. Espaços distanciados do centro das cidades, onde concentram-se as populações excluídas pela classe social, pela raça, etc. Apartadas das melhores condições de vida (educação, saúde, habitação etc.), estas populações produzem seus espaços sociais e seus referenciais culturais, formas de vida e expressão.

território, uma soma de interpretações que se complementam, contribuindo para uma visão mais próxima do real [fig. 4]. O processo em si gera interação e coresponsabilização sobre os resultados a serem construídos. O deambular pelo território permitiu aos quatro grupos de estudantes, compostos por 4 elementos, perderem-se encontrarem-se, e contribuiu para que, através de bases teóricas, instrumentos e novas práticas, ou colocadas de uma nova forma ou sob uma nova perspectiva, os espaços pudessem ser compreendidos para além de suas estruturas físicas, pelo seu padrão de apropriação, pelos seus ritmos e pela sua poética. Fundamental ainda percorrer a evolução e os contextos históricos que constituíram as pertenças, os mitos, as lendas, as memórias, as invisibilidades, os estigmas, e, portanto, a relação das pessoas com o lugar.

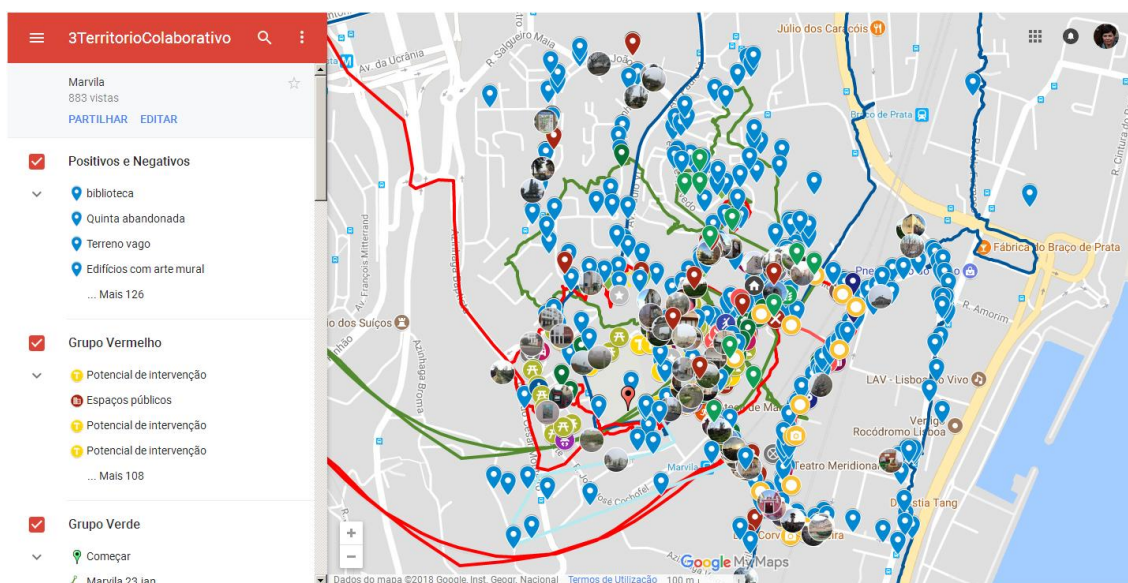


Fig. 4 – Mapeamento Colaborativo. Fonte: elaborada pelos participantes do curso
https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1TbSf-wK7d3y_crvDDnYAVIXOcTaMM3LT&ll=38.74266434598767%2C-9.108003104095474&z=16.

O laboratório de Intervenção, como espaço de estudo de projeto, desafiou os grupos de estudantes a desenvolver soluções para o território em estudo segundo três escalas de intervenção: (1) macro – Território; (2) intermédia – Bairro; (3) micro – Local. A primeira escala resulta do trabalho realizado nos módulos de análise e diagnóstico que permitem identificar oportunidades para definição de uma estratégia para o desenvolvimento local segundo 4 eixos: (1) ecossistema urbano e ambiental; (2) inclusão e coesão socioeconómica e cultural; (3) sustentabilidade e infraestruturas; (4) cogovernança. A segunda escala baseia-se na definição de um programa de intervenção através de processos participativos com realização de atividades junto da comunidade local (habitantes, associações de moradores, grupos informais, comércio e serviços locais, etc.). Estas atividades permitem confrontar diferentes perspetivas sobre o desenho de soluções para o espaço público. O resultados das atividades participativas permite que os grupos se dediquem ao desenvolvimento da última escala de intervenção, ou seja, a apresentação propostas específicas de intervenção.

De acordo com o que foi descrito anteriormente, os quatro grupos identificaram problemas e potencialidades para definir a estratégia. Assim, resultaram quatro propostas de intervenção para Marvila: (1) TroCAR: Carregando Experiências; (2) DESenvolVER Marvila; (3) #MEMORIASDEMARVILA; e (4) COM(UNIDADE).

TroCAR: Carregando Experiências

O grupo TroCAR baseou a sua proposta na identificação de várias potencialidades na freguesia de Marvila: (1) Presença de hortas urbanas; (2) Grandes espaços urbanos para expansão; (3) Bairros com características sociais, econômicas e culturais bem definidas; (4) Grande quantidade de escolas; (5) Proximidade com a área portuária; (6) Proximidade com o transporte de comboio suburbano; (7) Edifícios de habitação social [fig. 5]. Com base no diagnóstico local os estudantes, verificaram que seria possível utilizar as hortas como potencial de integração entre os vários bairros de cariz social e promover a socialização dos habitantes e com isso contribuir para a superação de barreiras locais e a segregação em relação à cidade de Lisboa. As hortas urbanas são propriedades conduzidas principalmente por pessoas idosas e destinadas apenas para o consumo próprio e doação para os vizinhos. Assim, o grupo propõe um protótipo de um carrinho que brinca, educa e reúne na horta urbana a população para a realização de eventos que permitam a integração de todos para partilhar e trocar seus alimentos e experiências. As hortas são utilizadas como ferramenta potencializadora de integração intergeracional, através da realização de oficinas que ensinem agricultura a crianças das escolas e criadora de eventos públicos eventos para comunidade com a criação de feiras de troca de produtos hortícolas [fig. 5].

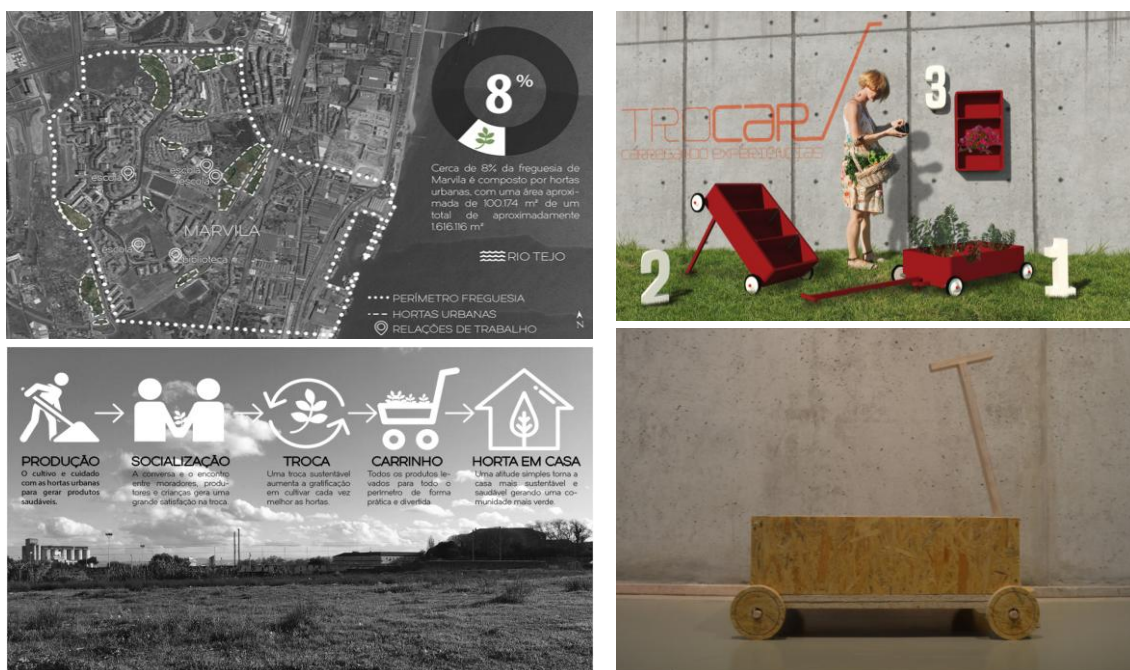


Fig. 5 – Grupo TroCAR: carregando experiências. Fonte: Janaina Piazza, Isadora Roman Marsiglio, Marina Manto, Roger Trevizan

DESenvolver Marvila

O mapeamento colaborativo e as ações participativas realizadas pelo grupo DESenvolver Marvila possibilitou identificar e trabalhar um conjunto de problemáticas existentes na freguesia de Marvila,

tais como: (1) Descontinuidade espaciais; (2) Limites e barreiras físicas; (3) Dificuldade de acessibilidade e mobilidade; (4) Espaços vazios abandonados; (5) falta de sustentabilidade económica e social; (6) Reduzidos níveis de instrução e elevada taxa de analfabetismo; (7) 25% dos jovens sem ocupação (Jovens “NEM-NEM”). Adicionalmente, o grupo apercebeu-se da variedade e dinâmica de atividades culturais realizadas em Marvila e definiu como estratégia potenciar a cultura local associada aos jovens [fig. 6]. Neste sentido, definiu assim três objetivos: (1) o empoderamento dos jovens através da criação de alternativas de ocupação e emprego; (2) promover a relação com Marvila Velha e o processo de dinamização cultural em curso, integrando todo o território; e (3) promover o reconhecimento das potencialidades para a mudança de mentalidades e utilizando as artes como ferramenta de inclusão social e económica. Segundo os jovens entrevistados é necessário ocupar os espaços vazios no bairro com atividades ligadas aos seus interesses, como artes urbanas e digitais, prática de desporto, convívio, ouvir música e jogos. A resposta do grupo é a criação do laboratório DESEnvolver Marvila, em lojas vagos no Bairro Marquês de Abrantes, onde os jovens possam adquirir um conjunto de competências na área das artes performativas [fig. 6].



Fig. 6 – Grupo DESEnvolver Marvila. Fonte: Ana Teresa Prudêncio, Carla Portal, Eduarda Aguiar, Évelin Favareto.

#MEMORIASDEMARVILA

#MEMORIASDEMARVILA analisou o território de Marvila partindo do conceito de memória. O trabalho desenvolveu-se através de um conjunto de ações no Bairro Marques de Abrantes para definir um roteiro de memórias e com estas definir a proposta mais adequada às necessidades e desejos dos habitantes. Os depoimentos escritos focam diferentes experiências associadas a locais específicos do Bairro. A feira é referida recorrentemente como um momento importante de união e convívio entre as pessoas do bairro e fora deste [fig. 7]. O módulo de empreendedorismo facilitou o entendimento do impacto que a criação de uma feira poderia proporcionar na vida e habitabilidade

do Bairro Marques de Abrantes e consequente aumento de atratividade desta zona de Lisboa para outras atividades económicas e culturais, bem como usos sociais e de lazer.

A proposta final passa pela criação de espaço público apropriável e habitável a partir da transformação de um vazio urbano de transição para a socialização. A realização da feira semanal ou mensal necessita de mobiliário urbano flexível que foi desenhado e prototipado no laboratório de fabricação digital do ISCTE-IUL – Vitruvius Fablab.

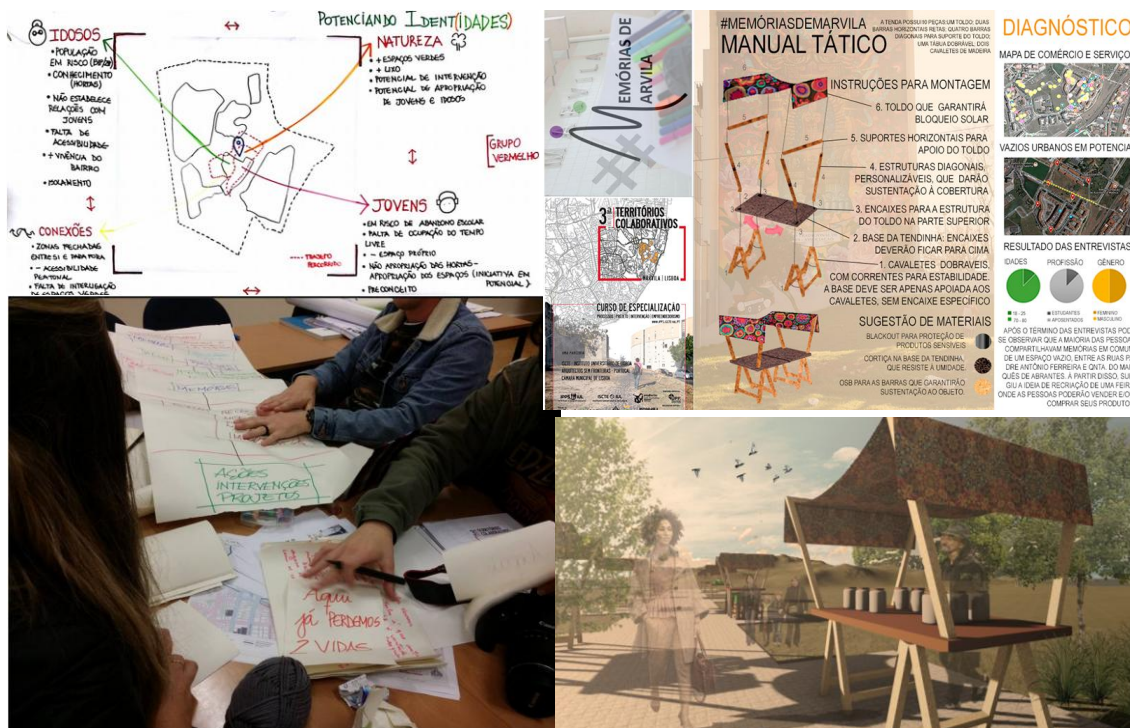


Fig. 7 – Grupo #MEMORIASDEMARVILA. Fonte: Carolina Neto Henriques, Debora Zen Pastore, Eduardo Nischespois Scorsatto e Leticia Fumagalli.

COM(UNIDADE)

O grupo COM(UNIDADE) trabalhou no Bairro PRODAC /Vale do Fundão que pelo seu histórico tem uma forte tradição de participação. O Bairro PRODAC (Norte e Sul) Associação de Produtividade na Auto-Construção foi edificado entre 1970-1974 com mais de 580 fogos para realojar moradores da Quinta das Claras e do assentamento informal conhecido como Bairro Chinês. Foi uma operação urbana de grandes dimensões, apostando na participação dos moradores e na utilização da autoconstrução para edificar as habitações (Rebolo, 2017). A estratégia do grupo passou por contactar as associações locais e definir três prioridades para o bairro: (1) criação de uma cobertura para um espaço público já existe que é o ponto de encontro dos moradores para jogos tradicionais; (2) a necessidade de regularizar a ocupação desordenada das ruas por carros através de zonamento para estacionamento no PRODAC Sul; e (3) Reforçar a ligação entre Bairros PRODAC. A requalificação do espaço público foi estudada com mais pormenor através do desenho de construção de uma estrutura de ensombramento [fig. 8].



Fig. 8 – Grupo COM(UNIDADE). Fonte: Débora Schöffel, Henrique Frank, Katila Vilar, Maísa Bresolin.

Considerações finais

A edição especial do curso evidenciou a produção social do espaço, a distinção e a valoração da pessoa como agente nesta elaboração, a capacidade de organização da população, bem como as tipologias exemplares e as técnicas apropriadas e apropriáveis. Ainda foram desenvolvidos aspectos a serem avaliados, como a diferença entre pobreza e pobreza extrema, entre necessidades e possibilidades, níveis de crescimento populacional, de urbanização, de desequilíbrio económico. A estas análises se relacionam princípios para atuações concretas, como a formulação de alternativas, a transferência de tecnologias, a adoção de ações replicáveis, a flexibilidade das propostas e sua contínua evolução, além da adoção do desenho participativo. O curso leva à revisão, deste modo, do próprio conceito de arquitetura, apresentando a arquitetura como ‘um espaço com possibilidade de vida’, onde viver é mais importante do que olhar.

O curso acabou por nesta abordagem apresentar experiências, métodos, conhecimentos associados aos conceitos de direito à moradia e à cidade, sustentabilidade, resiliência, transição e habitat, a partir dos quais é possível adaptar, transformar e produzir alternativas, baseados na reflexão, desta nova visão do curso. A aproximação a estratégias de co-criação, como o *placemaking*, foi a oportunidade de ação *bottom-up*, temporária, informal, contestadora, envolvendo poucos riscos, mas capaz de ativar ou produzir continuidades, agregação social, pertencimento, envolvimento, ampliação da participação e das possibilidades de transformação das relações das comunidades com seu espaço e das pessoas entre si.

A busca pelo aperfeiçoamento académico e profissional, pelo conhecimento de realidades distintas, pela internacionalização de saberes, pela construção de pontes e parcerias se efetivou, mas também criou expectativas e responsabilidades, aquelas que se associam a real possibilidade de realizar mudanças. Deste modo, o retorno às atividades da Universidade de Passo Fundo e do Viva!Emau foi um momento de associar as novas ferramentas às possibilidades de ação.

A primeira delas foi a partilha da experiência com o grupo que constitui o projeto, para que fosse possível conceber atividades sob uma nova perspectiva – a dos territórios colaborativos. A conclusão inicial do grupo foi relativa a necessidade de alteração do tempo e do envolvimento para que se pudessem construir relações mais aprofundadas com as comunidades. Outro aspecto bastante explorado relacionou-se com a necessária mudança no olhar e na postura relativo às comunidades e espaços de atuação – atenuar ou até desconstruir os hábitos profissionais, de forma a dar espaço a participação, a codecisão e a valorização do coletivo. Também como forma de partilha da experiência, foi produzido um vídeo e organizada uma exposição e apresentação dos trabalhos desenvolvidos durante o curso.

Na reavaliação geral das ações, uma das primeiras alterações levou ao deslocamento de um dos eventos tradicionais do VivA!Emau, o Relendo Passo Fundo, da área central da cidade, para uma área periférica. O evento, já na sua quinta edição, pretende o resgate de memórias e a construção de significados através de Percursos Urbanos guiados, mas esteve sempre associado às edificações e espaços de caráter histórico da área originária da cidade. A proposta se deslocou para um bairro periférico, e, a partir de outros parâmetros, com a ajuda da comunidade, durante dois meses, recorreu às memórias afetivas por meio de um diálogo intergeracional, e depois de muitas atividades, definiu-se o percurso. O evento, rebatizado de Relendo Jaboticabal, foi apresentado pelas crianças do bairro e ocorreu em 05 de maio.

O VivA!Emau buscou ainda apoiar outro projeto de extensão, o Beira-Trilhos³, que, pensado sempre a partir de uma esfera acadêmica, apenas com aproximações em locais chave do território, passou então a realizar derivas de reconhecimento desta realidade que atravessa a cidade de Passo Fundo em mais de 6 quilômetros. A realidade deste território beira-trilhos, e de outros com realidade sócio-espacial similar, são o desafio a ser enfrentado no âmbito de atuações consequentes, sejam profissionais, ou acadêmicas, pois estes são territórios ainda sem acesso a infraestrutura básica, como água, luz, moradia, recolhimento de lixo. A mudança de perspectiva de atuação, buscando tarefas que possam redundar em um maior envolvimento com a comunidade, apoiando sua mobilização, construindo alternativas ou despertando sua pertença.

Reconhecer os desafios colocados pela realidade, as possibilidades e os limites a serem enfrentados, fez um grupo de estudantes e professores caminhar em busca de conhecimento, experiências, instrumentos e formas de ver que apoiassem uma atuação mais efetiva e responsável junto às comunidades em que trabalham. Dentre esta aprendizagem, o mais importante é mesmo o agir, o compartilhar e a humildade de reconhecer os próprios limites para que se possam construir territórios realmente colaborativos.

Agradecimentos

Agradecimento aos participantes na 3ª edição do curso de especialização em Territórios Colaborativos: Processos, Projeto, Intervenção e Empreendedorismo: Janaina Piazza, Isadora Roman Marsiglio, Marina Manto, Roger Trevizan, Ana Teresa Prudêncio, Carla Portal; Eduarda

³ O Beira Trilhos é outro dos projetos de extensão institucionalizados junto à Universidade de Passo Fundo e, assim como o VivA!Emau, vinculado ao Curso de Arquitetura e Urbanismo. Este projeto de extensão busca trabalhar junto à área conhecida como Beira Trilhos, área de ocupação irregular junto à área operacional da Rede Ferroviária Federal em Passo Fundo, onde vivem mais de 2000 famílias, algumas das quais lá estão há mais de 40 anos, sempre em ameaça de despejo, ou seja, sem segurança jurídica com relação à terra ou à moradia.

Aguiar, Évelin Favareto, Carolina Neto Henriques, Debora Zen Pastore, Eduardo Nischespois Scorsatto e Leticia Fumagalli, Débora Schöffel ,Débora Schöffel, Henrique Frank, Katila Vilar, Máisa Bresolin. Agradecimento especial à BP Portugal por financiar 3 bolsas de frequência a alunos nacionais.

Referências bibliográficas

- Awan, N., Schneider, T. e Till, J. (2011). *Spatial Agency. Other Ways of Doing Architecture*. Londres: Routledge.
- Beebejaun, Y. (2016). *City the Participation*. Berlim: Jovis.
- Concilio, G., Rizzo, F. (2016). *Human Smart Cities. Rethinking the Interplay between Design and Planning*. Springer.
- Ermacora, T., Bullivant, L. (2016). *Recoded City: Co-creating Urban Futures*. Londres: Routledge
- Farias, A.C. (2018). *Taxonomia do Urbanismo Tático: Uma proposta para a Leitura, Compreensão e Articulação das Táticas Urbanas Emergentes*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- Gehl, J. (2010). *Cities for People*. Londres: IslandPress.
- Hamdy, N. (2010). *The Placemaker's Guide to Building Community*. Londres: Earthscan.
- Jacobs, J. (1961). *Death and Life of Great American Cities*. Nova Iorque: Random House.
- Lefebvre, H. (1968) 1972. *Le Droit à la ville suivi de Espace et politique*. Paris: Anthropos.
- Revista de Morfologia Monu #23, Participatory Urbanism*. Roterdão.
- Rebolo, L. (2016). *Realojamento do Bairro Chinês em Marvila: participação e autoconstrução como processo – o caso da PRODAC (1970-1974)*. Lisboa: ISCTE-IUL.
- Rosa, L. R., Weiland, U.E. (2017). *Co-desenhando a Cidade: Arquitetura + Inteligência Informal*. São Paulo.
- Rosa, L. R. (2011) *Micro planejamento. Práticas urbanas criativas*. São Paulo.
- Sebastião, S. (2018). *PROCESSOS PARTICIPATIVOS BIP/ZIP. Modelo ou Estratégia de Desenvolvimento Local ?*. In *Projetar a Cidade com a Comunidade*. Lisboa: FAUL.